



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C968	Cultura [recurso eletrônico] : conceito sempre em desenvolvimento / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. 217 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-437-5 DOI 10.22533/at.ed.375190406 1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 353.70981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O presente livro pretende introduzir o leitor ao conceito antropológico de cultura e seu constante desenvolvimento. Tema central das discussões antropológicas nos últimos 100 anos, o assunto tem se demonstrado inesgotável, motivo pelo qual aqueles que tiverem o desejo de se aprofundar recorrem à bibliografia apresentada no final do volume. Destinado essencialmente a um público que se inicia no tema. A nossa intenção foi a de elaborar um livro texto bem didático e, portanto, bastante claro e simples. Os autores procuraram, na medida do possível, utilizar exemplos referentes à nossa sociedade, à escola, instituições que compartilham conosco um mesmo território. Isto não impede, contudo, a utilização de exemplos torna dos emprestados de autores que trabalharam em outras partes do mundo. Tal procedimento é coerente, desde que o desenvolvimento do conceito de cultura é de extrema utilidade para a compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana. Para tornar a bibliografia citada mais acessível aos leitores, O livro se refere ao desenvolvimento do conceito de cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos, procura demonstrar como a cultura influencia o comportamento social e diversifica enormemente a humanidade, apesar de sua com provada unida de biológica.

Esta reflexão trata da relação cultura, desenvolvimento local e políticas culturais enfatizando os instrumentos normativos de direcionamentos, constituição e orientação de políticas públicas relevantes a apresentação dos elementos culturais, materiais e imateriais, relacionados aos empreendimentos, associações, entidades e pessoas interessadas na melhoria da qualidade de vida por meio de processos populares de geração de renda.

A cultura traz um conjunto de possibilidades harmônicas ao desenvolvimento entre perspectiva do econômico, social e ambiental. Reverbera ressignificações simbólicas, não sem tensão, sobre identidade, valorização do lugar e das coisas do lugar, das concepções de tradicional e moderno, de futuro e passado, de avanço ou retrocesso, de progresso e atraso e de alteridades que aparecem na constituição do imaginário social.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA, CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISCENTE.	
Solange Aparecida De Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro João Guilherme De Carvalho Gattás Tannuri	
DOI 10.22533/at.ed.3751904061	
CAPÍTULO 2	16
POLITICS (AND POLICIES) OF HISTORICAL MEMORY AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS: GENDER AND ETHNICITY INTERSECTIONS	
Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3751904062	
CAPÍTULO 3	29
A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL	
Renner Coelho Messias Alves Ingrid Mendes Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.3751904063	
CAPÍTULO 4	42
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI Nº 10.639/03 NAS QUESTÕES DE ENSINO- APRENDIZAGEM: HISTÓRIA, CULTURA, IDENTIDADE NEGRA E AS COMPETÊNCIAS PARA UM ENSINO MULTICULTURAL	
Francisco Anderson Varela Bezerra Kássia Mota de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3751904064	
CAPÍTULO 5	51
REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 (2003-2012)	
Vanessa Santos Fontequê Jamaira Jurich Pillati Juliana Ferri Rosa Shizue Abe Sidney Lopes Sanchez Júnior Patrícia Ferreira Concato de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3751904065	
CAPÍTULO 6	63
O “BICHO-MÃE” NO CIBERESPAÇO: GÊNERO E MATERNIDADE NO BLOG MAMÍFERAS	
Clarissa Sousa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3751904066	
CAPÍTULO 7	75
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA, MATERNIDADE E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO	
Caroline Silveira Sarmento	
DOI 10.22533/at.ed.3751904067	

CAPÍTULO 8	87
MEMÓRIAS, MULHERES E PODER NA PRESIDÊNCIA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
DOI 10.22533/at.ed.3751904068	
CAPÍTULO 9	99
IMAGENS DO FORRÓ PÉ DE SERRA NO SUDESTE COMO REPRESENTAÇÃO SOBRE A CULTURA NORDESTINA	
Renner Coelho Messias Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3751904069	
CAPÍTULO 10	117
SECA E DEVOÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS EM CARIUTABA NO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO – CE	
Emanuel Mateus da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.37519040610	
CAPÍTULO 11	124
MITOS E RITOS DOS MUNDOS ÁRABES E INDÍGENAS: A DANÇA COMO UM OÁSIS DE REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES	
Luiza Angélica Oliveira Guglielmini	
Romy Guimarães Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.37519040611	
CAPÍTULO 12	140
A MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO NA TRILOGIA DO SILÊNCIO DE INGMAR BERGMAN A INFLUÊNCIA DO EXISTENCIALISMO MODERNO NO CINEMA EUROPEU	
Yasmin de Sousa Fontes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040612	
CAPÍTULO 13	151
MOBILIDADE URBANA PELOS MEIOS DE TRANSPORTE ALTERNATIVOS	
Mariana Rei Passos Campos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040613	
CAPÍTULO 14	161
CONSUMO NA MEIA IDADE	
Kátia Sayuri Maruyama	
DOI 10.22533/at.ed.37519040614	
SOBRE A ORGANIZADORA	172

A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

Secretário Executivo da Reitoria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Discente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). rennercma@gmail.com.

Ingrid Mendes Miranda

Administradora pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e especialista em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). ingrid.miranda.ufrj@gmail.com.

RESUMO: O objetivo deste ensaio consiste em refletir sobre a cultura como campo político presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, os atores sociais externalizam seus anseios em ações e interagem com a dinâmica política de fomento à cultura. Em um cenário ampliado, o Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, esboça as complexas tensões do campo da cultura. Admitido como um campo estratégico, a cultura está presente transversalmente a todos os setores da vida humana. No contexto brasileiro, o Estado assume o papel de principal financiador da cultura, o que, por conseguinte, lhe compete as rédeas dos rumos desse campo. De forma complementar, organizações civis e de corporações privadas são atores sociais que

servem de contrapeso ao predomínio estatal no campo cultural. Assim, as questões que tangem à cultura são históricas, objetos políticos de permanente reconstrução social.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Políticas públicas. Atores políticos. Administração pública. Pensamento social brasileiro.

1 | A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO

A cultura, por vezes, tem suas dimensões diretamente atribuídas às manifestações artísticas dos seres humanos, além de também ser referenciada nas configurações civilizatórias de determinada sociedade. Para além dessas duas vertentes relacionadas à cultura, o objetivo deste ensaio consiste em refletir sobre a cultura como campo político presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, os atores sociais exteriorizam seus anseios em ações e interagem com a dinâmica política de fomento à cultura. Em um cenário ampliado, o Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, esboça as complexas tensões do campo da cultura.

Com isso, é inerente ao Estado brasileiro o desafio de estabelecer políticas públicas que abarquem a diversidade cultural do país, a começar pelas singularidades regionais que integram a nação. A respeito da nação,

admite-se aqui a existência de outras perspectivas, mas, a título de delineamento metodológico, toma-se como base os dizeres de Anderson (2008), nos quais nação pode ser definida como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Dessa forma, assume-se o ideário de construção de uma comunidade distribuída territorialmente e unificada em termos políticos.

No cenário republicano, o exercício da democracia no âmbito da cultura perpassa pela arena política. Ao tratar do modo de governo nas cidades (ou principados) que, antes de serem ocupados, viviam com as suas próprias leis, Maquiavel (2005, p. 33) pondera que “nas repúblicas há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança; não deixam nem podem deixar esmaecer a lembrança da antiga liberdade: assim, o caminho mais seguro é destruí-las ou habitá-las pessoalmente”. Resguardadas as singularidades da sociedade italiana contemporânea à Maquiavel, século XVI, para a configuração social brasileira do século XXI, nota-se, em termos políticos, o conflituoso terreno de disputas existentes na democracia.

Como sugestão para equilibrar as tensões e privilegiar os objetivos do estadista, Maquiavel (2005) pondera habitar pessoalmente os territórios politicamente dirigidos. Habitar pessoalmente representa estar envolto pelos ares da sociedade, de maneira a compreender princípios hereditários, regras sociais, anseios, manifestações culturais, enfim, estabelecer proximidade e estar atento às características do povo dirigido. Assim, evidencia-se a tentativa de amenizar a dualidade social, na qual “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (GRAMSCI, 2002, p. 62).

Para Gramsci (1978), em textos dedicados à avaliação da obra de Maquiavel, sob o viés da política e do estado moderno, o novo príncipe da modernidade não está caracterizado como um herói pessoal. Ao contrário dessa personificação do príncipe, Gramsci (1978) que o partido político moderno assume o protagonismo anteriormente atribuído ao príncipe. Assim, a condução desse processo diz respeito “sempre e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado” (GRAMSCI, 1978, p. 22). Ao retomar à arena política, a cultura também está suscetível às forças pulsadas pelos partidos políticos, os quais digladiam pela realização de seus objetivos.

O apontamento de facetas na disputa política do campo cultural faz-se necessário para elucidar o critério metodológico de análise de sua configuração. Conforme mencionado por Gramsci (2002), os papéis de domínio e direção estão inerentes no ato de governar, de forma que um grupo social domine os grupos politicamente rivais. Para além da submissão por meio de força armada, visivelmente identificada em regimes autoritários e ditatoriais, destaca-se, nos termos apresentados por Gramsci (2002), a pertinência da direção de grupos políticos afins e aliados.

No processo de direção de grupos políticos, a contradição é amenizada e tratada

como diversidade. Para Chauí (1990), a prática do discurso adotado pelo grupo político dirigente considera inexistente a contradição, uma vez que ela é visualizada como formas diferentes (e legítimas) de compor a mesma sociedade. De maneira sutil, a diferenciação cultural integra o percurso político do Estado, privilegiar determinada tema em detrimento de outro incorre em compreender tensões e decidir a quais interesses atender. Assim, “a prática e o discurso dominantes, como se sabe, estão encarregados de criar em todos os membros da sociedade o sentimento de que fazem parte dela da mesma maneira” (CHAUI, 1990, p. 42).

De forma integradora, o poder do Estado, considerado como um dos principais instrumentos dos grupos políticos dominantes e dirigentes, assume o posto de delineador das políticas públicas do campo da cultura. Presentes nas instituições estatais como fonte de autoridade, a exterioridade e a transcendência do poder “encarnam-se no instrumento de que os dominantes dispõem para a dominação, isto é, no aparelho do Estado, tomado como poder separado da sociedade, mas na realidade engendrado pelo próprio movimento interno da sociedade” (CHAUI, 1990, p. 42). Para alterar essa conjuntura, os atores políticos precisam organizar-se e estabelecer alianças que sirvam de contrapeso.

Esse esforço para modificar o curso político de uma sociedade, sobretudo as sociedades baseadas no Estado de direito, perpassa pelo caminho da organização burocrática. O destaque administrativo burocrático relacionado ao transcurso político foi evidenciado por Weber (2012, p. 146), ao afirmar que “a questão é sempre: *quem* é que *domina* o aparelho burocrático existente.” Ainda em consonância com as ideias do autor, é revelado outros preceitos de dominação, pois “nem toda dominação se serve de meios econômicos”, sem contar que “ainda *muito* menos tem fins econômicos” (WEBER, 2012, p. 137, grifo do autor). Nessa conjuntura, mais uma vez, as questões culturais tornam-se perceptíveis, já que, de um lado, possuem dimensões econômicas, e, por outro lado, envolvem o pleno desenvolvimento humano.

Cultura, sociedade e Estado, conceitos didaticamente isolados, mas interdependentes. Nessa visão, “a cultura não está nem dissociada da sociedade nem totalmente integrada nesta” (EAGLETON, 2000, p. 19). Intrínseco ao ser humano, o autor ainda evidencia que “a cultura é uma forma de subjetividade universal em laboração dentro de cada um de nós, tal como o Estado é a presença do universal no domínio individual da sociedade civil” (EAGLETON, 2000, p. 19). Assim como Schiller (2002), Eagleton (2000) sinaliza que a cultura emerge do ser humano, o qual, por sua vez, é representado pelo Estado de forma plural, coletiva e objetiva.

Além disso, a tentativa de envolver cultura e políticas públicas também promove amplos debates entre os agentes envolvidos nesse campo. De acordo com as exposições de Garretón (2008, p. 46), a cultura está conectada com “as formas de comunicação, as identidades e a linguagem, com a maneira de pensar, os modelos éticos e de conhecimento, com o significado que damos a nossas ações, com a criatividade e com a maneira como definimos o espaço, o tempo, a natureza e a

relação com os outros”. Nesse sentido, a cultura atua como substrato que permeia a ação humana em suas mais distintas manifestações.

A essa visão sobre cultura também são associadas a organizações, as quais consolidam os símbolos instituídos. Nesse cenário, configuram áreas do aparelho estatal “a educação, a ciência, a tecnologia, a criação artística, as indústrias culturais”, ao passo que “uma política cultural ou o conteúdo das políticas culturais é sempre uma referência a esses campos, reconhecendo a autonomia de cada um” (GARRETÓN, 2008, p. 47). Assim, a cultura permeia transversalmente diversos campos independentes e interconectados (RUBIM; MIRANDA, 2008), os quais são objetos de políticas públicas.

Cabe aqui o destaque à formação da vontade coletiva como ação política. Nesse processo construtivo, os acontecimentos sociopolíticos se sucedem ao longo da história. Pensar em cultura, sociedade e Estado, sobretudo no contexto ocidental, incorre na constatação de que “o homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’” (ELIAS, 1994, p. 13). Fatos historicamente sucedidos compõem, portanto, a constituição da arena política.

Em razão da composição histórica das decisões políticas, torna-se imprescindível o caráter de irreversibilidade de políticas públicas que desconsiderem os processos culturais. Pois, “os homens, como as obras de arte, não se recuperam quando sofrem certas lesões” (FURTADO, 1984, p. 10). Isso é mais evidente em situações em que o crescimento econômico se sobrepõe à cultura, como se obtenção de renda fosse estruturalmente suficiente para satisfazer, por conseguinte, todas as demais necessidades humanas, incluindo-se a cultura. Como já mencionado anteriormente, a cultura, ainda que suscetível aos rumos da arena política, é pilar essencial na emancipação humana.

Assim, a cultura disputa espaço na agenda política diante de outras áreas, a exemplo de educação, habitação, segurança alimentar, entre outros segmentos. Ao refletir sobre o papel da cultura para a humanidade, estando propenso à agenda política, Canclini (1987), atores políticos tendem a priorizar problemas considerados mais urgentes, principalmente em momentos “de austeridade, de modo que preferem deixar que as demandas culturais de setores tão pequenos, cujas atividades interessam a minorias e repercutem pouco nos movimentos do eleitorado, se resolvam na competição entre grupos, tendências e organismos privados” (CANCLINI, 1987, p. 13, tradução nossa). Apesar de a cultura estar transversalmente presente em vários setores, como discutido anteriormente, muitas sociedades ainda tratam dessa temática como uma esfera secundária, de valor econômico inferior diante das demais necessidades humanas.

Uma das estratégias para integrar a cultura aos assuntos econômicos consiste no fomento à economia criativa. Diversos fenômenos sociais revelam a aproximação da economia nas temáticas afeitas à cultura (ESPINOZA, 2014). De acordo com Madeira

(2014), a ampliação do valor do bens e serviços de natureza cultural consiste como um objetivo essencial da economia criativa (ou indústria criativa, expressão também adotada em alguns países). De um lado, o mercado financeiro interage com a cultura, com recursos fomentadores. No entanto, por outro lado, o desenvolvimento dos nichos culturais requer a presença de múltiplos atores políticos, além do Estado, para induzir a realização de políticas culturais, quando possível, associadas ao mercado (NUSSBAUMER, 2007).

Encontra-se na esteira desse pensamento a premissa da democracia cultural. A produção, a fruição e o acesso aos bens culturais devem ocorrer de maneira a propiciar que quaisquer cidadãos estejam aptos a desfrutá-los. Novamente, ressalta-se a imbricação entre cultura e Estado, pois “o estado administrativo só conseguirá legitimidade se puder demonstrar capacidade de promover o valor individual, a igualdade entre todos os cidadãos e a participação universal” (DENHARDT, 2012, p. 171). No ideário de uma democracia cultural, Canclini (1987) destacou a premência da diversidade de políticas culturais, de forma a também incluir classes populares socialmente excluídas.

Apesar de ser inviável exaurir as discussões sobre o campo político em torno da cultura, essa complexa temática foi exposta como elucidação do panorama relacionado a cultura, sociedade e Estado. Em continuidade às reflexões aqui apresentadas, faz-se necessário contextualizar o pensamento social brasileiro e suas implicações nas políticas públicas de cultura. Esse exercício consiste em ponderar as contribuições de pensadores que se dedicaram a essa temática. A partir dessa proposição, há, a seguir, as considerações sobre a conjuntura do campo político da cultura no Brasil.

2 | O CAMPO POLÍTICO DA CULTURA NO BRASIL

A política de desenvolvimento de um país também é alcançada mediante o processo de enriquecimento cultural. Nos termos de Furtado (1984, p. 32), “em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade”. Em sua maneira, o autor defende a necessidade de propiciar espaços para que a atividade criativa floresça em toda a sociedade. Com isso, as divisões entre as elites políticas dominantes e dirigentes do país foram projetadas no campo da cultura.

A obra de Sérgio Buarque de Holanda, intitulada Raízes do Brasil foi publicada e se reuniu a outros títulos consagrados à historiografia da formação da sociedade brasileira, a exemplo de Casa-Grande & Senzala (FREYRE, 2005), e de A Formação do Brasil Contemporâneo (PRADO JR., 1961). Ao estabelecer contato com a obra de Holanda (1995), apresentam-se as primeiras evidências socioculturais dos colonizadores portugueses, de maneira a influenciar a formação da identidade brasileira, pois “podemos dizer que de lá [Portugal] nos veio a forma atual de nossa

cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (HOLANDA, 1995, p. 40). Também na obra são evidenciados os pilares da aristocracia agrária, os quais, ao longo do processo de evolução histórica, foram transferidos e mantidos nos centros urbanos.

Entre os traços marcantes desse caráter brasileiro historicamente influenciado pela conciliação com a cultura portuguesa, percebe-se claramente as origens das articulações para alcançar elevados postos administrativos e títulos de distinção, a repulsa ao trabalho regular e às atividades utilitárias, o encantamento atribuído aos assuntos relacionados ao ambiente urbano em detrimento daqueles do rural, entre outras facetas desenvolvidas na sociedade brasileira. Uma vez admitidos como potenciais delineadores da personalidade, esses traços culturais tendem a se repercutir no trato com a coisa pública, com as conseqüentes manifestações de patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, enfim, exemplos de disfunções burocráticas.

Permeado pela busca da consciência das raízes herdadas, cabe ao brasileiro adotar uma postura reacionária para transformação de sua realidade, segundo Holanda (1995). Em complemento à visão determinista do autor, postula-se que as alterações sociais também podem ser de ordem estrutural ou desencadeadas a partir da reunião de interesses particulares, sendo desenvolvidos ao longo do tempo. Ou seja, o cidadão brasileiro não é inteiramente cúmplice de um destino histórico fadado ao insucesso, como ator político, ele detém meios de alterar sua realidade historicamente herdada, por menor que seja a margem de manobra.

Em um passado recente do país, mais precisamente no século XIV, “as elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitia adquirir” (FURTADO, 1984, p. 23). Diametralmente oposto às elites, “o povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade artística” (FURTADO, 1984, p. 23). Emerge-se, portanto, divergências nos interesses para a formação da agenda política.

Diante do exposto, cidadãos e Estado estão em constante interação para compor a agenda política. Espera-se que o Estado democrático assegure as liberdades inerentes ao desenvolvimento do ser humano (SEN, 1999, 2002). Em variados graus de aproximação, a interação da economia com a cultura torna-se um caminho para viabilizar bens e produtos culturais. Ademais,

Devemos, portanto, começar por indagar as relações que existam entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação. [...]

Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente terá que ser uma maior participação do povo no sistema de decisões. Assim, o desenvolvimento futuro poderá alimentar-se da criatividade de nosso povo e efetivamente contribuir para a satisfação dos anseios mais legítimos deste (FURTADO, 1984, p. 31).

Conciliada com a economia, outros desafios carecem de atenção para serem superados. Um desses desafios consiste no respeito ao multiculturalismo dentro do país, sobretudo no que diz respeito à produção cultural de cada região. Com isso, “a diferenciação regional do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares” (FURTADO, 1984, p. 23). Parece um paradoxo admitir que a composição da cultura brasileira detém em seu interior traços comuns, de unificação, mas diferentes em suas peculiaridades.

Alguns estudiosos envidaram esforços para melhor compreenderem as dinâmicas culturais existentes no Brasil. A pesquisa de Rubim e Vasconcelos (2017), por exemplo, investigou o financiamento e o fomento à cultura nas regiões brasileiras. Para revelar as características do modo federativo brasileiro, os pesquisadores avaliaram as esferas municipal, estadual e federal. Com isso, a análise de Rubim e Vasconcelos (2017) apontaram semelhanças e singularidades presentes em incentivos, fundos e demais formas de financiamento e incentivo cultural, com destaque para cada região do país.

Essa temática, de fato, concebe o Estado como ator propulsor de fomento no campo das artes no país, propiciando-se a inclusão social, o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural. Nesse contexto, ações foram implementadas ao longo do século XXI, a exemplo de unidades da federação cuja realidade demanda reconhecimento de direitos humanos, sociais e culturais relacionados ao mundo rural. No entanto, o tema requer mais estudos para elucidar a compreensão, a elaboração e a melhoria de políticas culturais que valorizem o sentido de ruralidade como modo de vida para além do espaço físico de relações (campo-cidade), em referência aos estudos de Rubim e Rocha (2010) e Santos (2015).

Parte da literatura da área cultural envolve o ambiente urbano, sobretudo em estados brasileiros cujas regiões são economicamente atraentes. Dito de outra maneira, a monocultura difundida pela cidade encobre a existência de outras culturas, ignorando a coexistência da diversidade cultural, como é o caso da representação rural presente em uma parcela significativa do território brasileiro (FREIRE, 2014). Em conformidade com esse panorama, nota-se a necessidade de esforços para amenizar uma lacuna teórica nos estudos de políticas culturais implementadas pela administração pública orientados aos modos de vida rural.

De um lado, a contribuição teórica de potenciais pesquisas contribuiria em discutir um olhar sobre o mundo rural a partir da perspectiva de políticas culturais. Nessa medida, faz-se necessário dar voz à análise da temática cultural no universo rural, no qual, por vezes, esse assunto é ofuscado diante de outras áreas, como economia, educação, saúde ou habitação, por exemplo. Por outro lado, em termos empíricos, pesquisas com essa temática contribuiriam para compreender a (des)valorização do campo a partir de ações governamentais.

Desafios superados, novas barreiras a serem transpostas, o curso político da cultura no Brasil ainda se configura como um campo em oscilação. Entre as tensões existentes, “a primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social

do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil” (FURTADO, 1962, p. 14). O delineamento apresentado pelo autor consiste em uma filosofia que viabilize a ação política baseada no “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade” (FURTADO, 1962, p. 19). Admite-se, portanto, os eixos de liberdade e desenvolvimento econômico como pilares associados e imprescindíveis à evolução da sociedade brasileira.

Alguns dos prenúncios de Furtado (1984) foram emitidos em um momento político que antecedeu à institucionalização da cultura na estrutura da administração pública federal brasileira. Mais precisamente, em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MINC, 2017), órgão estatal responsável por dimensionar, elaborar, implementar e avaliar as políticas públicas pertinentes ao bem coletivo na construção da democracia cultural. Com relação ao direito da cultura, Furtado (1984) prediz que

Na fase em que nos encontramos, de explosão dos meios de comunicação, o processo de globalização do sistema de cultura terá que ser cada vez mais rápido, tudo levando a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI. Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não direito à criatividade, eis a questão (FURTADO, 1984, p. 25).

Suscetível à arena política, o campo da cultura no Brasil revela as disputas relacionadas à criativa produção de bens e produtos culturais, bem como ao acesso àquilo que é ofertado. Ao longo de sua existência, o Ministério da Cultura envidou esforços para estimular o multiculturalismo por todo o território nacional. No entanto, avanços e retrocessos marcaram os períodos governamentais em relação à agenda política voltada para a cultura. Para ilustrar a relação de ocupantes do cargo de Ministros da Cultura, o Quadro 1, a seguir, apresenta os períodos de cada dirigente do MinC, de 1985 a 2018.

Nº	Ministro da Cultura	Mandato		Presidente da República
		Início	Fim	
1	José Aparecido de Oliveira	15/03/1985	29/05/1985	José Sarney
2	Aluísio Pimenta	30/05/1985	13/02/1986	
3	Celso Furtado	14/02/1986	28/07/1988	
4	Hugo Napoleão do Rego Neto	28/07/1988	19/09/1988	
5	José Aparecido de Oliveira	19/09/1988	14/03/1990	
6	Ipojuca Pontes*	14/03/1990	10/03/1991	Fernando Collor
7	Sérgio Paulo Rouanet*	10/03/1991	02/10/1992	
8	Antônio Houaiss	02/10/1992	01/09/1993	Itamar Franco

9	Jerônimo Moscardo	01/09/1993	09/12/1993	
10	Luiz Roberto Nascimento Silva	15/12/1993	31/12/1994	
11	Francisco Weffort	01/01/1995	31/12/2002	Fernando Henrique Cardoso
12	Gilberto Gil	01/01/2003	30/07/2008	Luiz Inácio Lula da Silva
13	Juca Ferreira	30/07/2008	31/12/2010	
14	Ana de Hollanda	01/01/2011	13/09/2012	Dilma Rousseff
15	Marta Suplicy	13/09/2012	11/11/2014	
16	Ana Cristina Wanzeler (interina)	13/11/2014	31/12/2014	
17	Juca Ferreira	01/01/2015	12/05/2016	
18	Marcelo Calero	24/05/2016	18/11/2016	Michel Temer
19	Roberto Freire	18/11/2016	22/05/2017	
20	João Batista de Andrade (interino)	22/05/2017	24/07/2017	
21	Sérgio Sá Leitão	25/07/2017	31/12/2018	

Quadro 1 – Relação de Ministros da Cultura.

* Secretário da Cultura da Presidência da República.

Fonte: Adaptado de MinC (2017).

No que concerne à direção do Ministério, ao longo de seus 33 anos de existência, 21 ministros passaram pelo cargo máximo da instituição, os quais estiveram vinculados diretamente aos Presidentes da República. A atuação do Ministério, por sua vez, esteve suscetível à tradição brasileira de instabilidade das instituições voltadas para a cultura, conforme Rubim (2010) e Rubim e Barbalho (2007). Existem pesquisadores que se dedicaram a investigar cada período governamental relacionado ao Ministério da Cultura. Entre esses estudiosos, citam-se Calabre (2007, 2008), Rubim (2010), Rubim, Barbalho e Calabre (2015).

Em conformidade com os pressupostos de Rubim e Barbalho (2007), o cenário institucional da cultura no Brasil tem sido marcado pelas tristes tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade. Como exemplos das oscilações institucionais no âmbito da cultura, menciona-se dois eventos recentes: a) a extinção provisória do Ministério da Cultura, cujos efeitos foram desencadeados pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016; e, b) a extinção definitiva do Ministério da Cultura, a partir da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.

Além de alterações e, ou, inconstâncias estruturais nas iniciativas estatais em prol da cultura, menciona-se as tentativas poucos consolidadas de promover intersetorialmente a cultura e a educação. O Plano Nacional de Cultura 2010-2010 (PNC) propôs uma abordagem que considerasse as práticas culturais de forma articulada com a educação. Em conformidade com a proposição do PNC, caberia

ao poder público, em suas estratégias e ações, “realizar programas em parceria com órgãos de educação para que as escolas atuem também com centros de produção e difusão cultural da comunidade” (BRASIL, 2017).

Para tanto, alguns programas culturais foram implementados em parceria com instituições educacionais. Um exemplo desse impulso intersetorial consistiu no Programa Nacional de Formação Artística e Cultural (PRONFAC), o qual vislumbrava a educação contextualizada com a cultura e suas práticas no território de inserção de universidades e escolas, em conformidade com a Portaria MinC nº 37, de 5 de maio de 2016 (BRASIL, 2016c). O PRONFAC possuía três frentes de atuação, o ProExt Cultura e Arte, o Programa Mais Cultura nas Escolas e o Programa Mais Cultura nas Universidades. O caso específico do Programa Mais Cultura nas Universidades (PMCU) foi investigado por Cerreti e Barros (2015), Cerreti e Bezerra (2015) e Alves (2018).

A partir das evidências apresentadas por Alves (2018), o PMCU foi uma iniciativa inédita no Brasil, implementada entre 2015 e 2017, e estabeleceu políticas culturais em parceria com instituições federais de ensino superior (IFES). Além disso, o autor ressaltou que, embora “essa política privilegiasse o pluralismo e a democracia cultural, a escassez de recursos comprometeu a implementação da política” (ALVES, 2018, p. 57). Nessa medida, a proposição do Programa contou com os esforços das IFES, os quais sofreram graves reveses para transpuseram problemas orçamentários e mudanças governamentais no cenário nacional.

Essas alterações na administração pública federal brasileira refletem, por conseguinte, a instabilidade das instituições encarregadas dos assuntos culturais. Embora seja um direito elementar, a cultura, por vezes, não detém espaço de destaque na agenda política brasileira (RUBIM; BARBALHO, 2007). Em tempos de austeridade econômica e, ou, de choque de gestão em transições governamentais, as ações políticas no âmbito cultural são interrompidas, de forma que a descontinuidade se consolide em retrocessos para o pleno desenvolvimento humano. Nessa conjuntura de constante mutação histórica, a superação da instabilidade institucional perpassa por mecanismos políticos de planejamento cultural voltados à realidade social do país.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desta pesquisa se pautaram no campo político em torno da cultura. Para tanto, privilegiou-se o cenário brasileiro como recorte de análise, de maneira a evidenciar atores, instituições e características sociais pertinentes à discussão do tema proposto. A descontinuidade das políticas públicas de cultura foi um dos traços marcantes na conjuntura analisada. Como ressaltado, transições governamentais se tornaram terrenos férteis para o surgimento de temas que competiam espaço com a cultura na agenda política.

Além dessa disputa na arena política, outros desafios emergiram na esfera da cultura. Uma dessas barreiras está relacionada à efetiva participação popular nas temáticas afeitas à cultura. Nos embates políticos entre a cultura popular e a cultura elitista, os representantes sociais que dominam e dirigem politicamente o país ponderam com desigualdade as decisões que privilegiariam a plenitude do desenvolvimento humano em comparação às prioridades atribuídas à dimensão econômica. Não se trata, entretanto, de menosprezar assuntos econômicos em detrimento da cultura, ao contrário, trata-se da conciliação da cultura e da economia pautada no crescimento e na emancipação do ser humano.

Admitido como um campo estratégico, a cultura está presente transversalmente a todos os setores da vida humana. No contexto brasileiro, o Estado, por meio de políticas públicas, assume o papel de principal financiador da cultura, o que, por conseguinte, lhe compete as rédeas dos rumos desse campo. Apesar disso, a existência de organizações civis e de corporações privadas serve de contrapeso ao predomínio estatal no campo cultural. No entanto, as pressões exercidas pelos demais atores da arena política demonstraram ser insuficientes para assegurar a permanência de instituições da administração pública voltadas exclusivamente para a cultura.

Distante de exaurir toda a discussão acerca de políticas públicas de cultura, esta pesquisa, em síntese, enfatizou as interrupções dos caminhos em direção ao desenvolvimento humano. Isso serve de incentivo para que investigadores se debrucem em estudos orientados às demais relações sociais presentes na arena política. Assim, as questões que tangem à cultura são históricas, ou seja, precisam ser objetos de permanente discussão e participação de todos os cidadãos, em constante reconstrução, pois somente a efetiva atuação popular influencia o curso político da cultura de maneira a promover o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. M. **O Programa Mais Cultura nas Universidades: uma análise de sua implementação nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras**. Dissertação (Mestrado). 119 f. Universidade de Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ Instituto Três Rios/Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Administração, Seropédica, RJ, 2018.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 90-B, 12 maio 2016a. Seção 1, p. 1-7.

_____. Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016. Revoga dispositivos da Medida Provisória

nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 132, 12 junho 2016b. Seção 1, p. 1.

_____. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, edição especial, 1º janeiro 2019. Seção 1, p. 1-13.

_____. Portaria Interministerial MinC/MEC nº 18, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 246, 19 dez. 2013. Seção 1, p. 102-103.

_____. Portaria Ministerial (MinC) nº 37, de 5 de maio de 2016. Institui o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural – PRONFAC. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 89, 11 de maio de 2016c. Seção 1, p. 23.

CALABRE, L. Gestão cultural: análises e perspectivas das propostas da I Conferência Nacional de Cultura. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: um campo de estudos**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008, p. 117-136.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A. A. C. (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, N. G. (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. México, DF: Grijalbo, 1987. p. 14-61.

CERRETI, C. C.; BARROS, J. M. Cultura, educação e políticas públicas para o ensino superior: uma análise propositiva do Programa Mais Cultura nas Universidades. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), 11., 2015, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: UFBA, 2015.

CERRETI, C. C.; BEZERRA, T. G. O Programa Mais Cultura nas Universidades como exemplo intersetorial de política pública entre cultura e educação. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 4, Edição Especial, p. 131-142, nov. 2015.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. Tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução de Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador – uma história dos costumes**. vol. 1. 2. ed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESPINOZA, L. I. V. Economía política cultural: una nueva propuesta teórica para el estudio de la economía y la cultura. **Polis - Revista Latinoamericana**, v. 13, n. 39, p. 463-486, 2014.

FREIRE, A. (Org.). **Cultura dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. ver. São Paulo: Global, 2005.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- _____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GARRETÓN, M. A. El espacio cultural latinoamericano revisitado. In: RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 45-58.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 5. ed. Tradução de Luiz Mário Gazzano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MADEIRA, M. G. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Jähr, 2005.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Ministério da Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- NUSSBAUMER, G. M. (Org.). **Teorias políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: UFBA, 2010.
- RUBIM, A. A. C.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.). **Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SANTOS, H. S. N. **Políticas públicas de cultura para as cidades: os casos do Recife e de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- SCHILLER, F. **A educação estética do homem – numa série de cartas**. 4. ed. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. 3. reimp. Brasília: Editora UnB, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena .

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-437-5



9 788572 474375